



Ivaldo Cavalcante

No plenário, três dias antes do "feriadão" da Semana Santa, o clima é de total abandono

Feriado já começou para parlamentares

O feriadão da Semana Santa já começou no Congresso Nacional. Os parlamentares decidiram por conta própria emendar o último final de semana com o feriado prolongado, que só deveria começar na quinta-feira. Ontem, apenas 82 dos 495 deputados e 22 dos 75 senadores assinaram as listas de frequência.

Nos dois plenários, a média registrada foi inferior a dez presenças. Como na sessão de ontem da Câmara não houve "Ordem do Dia" — pauta de votação —, os faltosos têm assegurada no contracheque deste mês a diária equivalente a 1/30 de seus salários.

O clima de "abandono" também podia ser sentido nas lideranças partidárias. O líder do PMDB, Ibesen Pinheiro (RS), está desde sexta-feira em São Paulo. Os úni-

cos líderes presentes eram Adolpho Oliveira do PL, e José Lourenço, do PFL — que sequer compareceu ao plenário. Em todos os outros partidos um dos integrantes da bancada assumiu a liderança, pelo menos, para fazer o pronunciamento no plenário.

Reação

Alguns parlamentares reagiram às ausências. O deputado Amaury Müller (PDT-RS) afirmou da tribuna que o "vazio" demonstra a "escassa preocupação" dos deputados com os problemas do País. Para ele, a justificativa, constantemente apresentada, de que é necessário um trabalho junto às bases é insuficiente "para explicar" atitudes dessa natureza. O deputado Adylson Motta (PDS-RS), apesar de não estar disposto a "fi-

car policiando os colegas", disse que a situação "é delicada" e "infelizmente" não permite "rebater qualquer crítica que esteja sendo feita na imprensa".

O vice-presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PMDB-PE), que estava presidindo a sessão, tentou contornar a situação afirmando que após a aprovação do novo regimento interno "o quorum será permanentemente alto". A "esperança" de Inocêncio está baseada no artigo que prevê suspensão, por 30 dias, do mandato para quem faltar a 15% das sessões e perda de mandato para os que faltarem a 33% em um mesmo ano legislativo. Isso é ainda um anteprojeto de resolução, que poderá não ser apreciado pelo plenário, até o dia 17 de abril, como está previsto, caso persista a falta de quorum.